



REPÚBLICA DE ANGOLA
COMITÉ NACIONAL PARA O CÓDIGO ALIMENTAR EM ANGOLA



COMUNICADO FINAL DAS PRIMEIRAS JORNADAS TÉCNICO CIENTÍFICAS SOBRE O CONTROLO DA QUALIDADE ALIMENTAR EM ANGOLA

Documento # 23

Local: *Sala de Reuniões do Ministério da Agricultura e
do Desenvolvimento Rural*

Período: *20 à 21 de Outubro de 2004*

Lema: *Angola, Que Qualidade Alimentar!*



REPÚBLICA DE ANGOLA
COMITÉ NACIONAL PARA O CÓDIGO ALIMENTAR EM ANGOLA
CODEX ANGOLA

**Primeiras Jornadas Técnico Científicas sobre o Controlo
da Qualidade Alimentar**

COMUNICADO FINAL

Sob iniciativa, promoção e organização do Comité Nacional para o Código Alimentar em Angola Codex Angola, realizaram-se de 20 a 21 de Outubro de 2004, na Cidade de Luanda, Capital da República de Angola, as Primeiras Jornadas Técnico Científicas sobre o Controlo da Qualidade Alimentar em Angola, que adoptou o lema *Angola, Que Qualidade Alimentar!* .

A sessão de abertura foi brindada pelas mensagens de saudação do Senhor Presidente do Comité Nacional para o Código Alimentar em Angola Codex Angola, **Dr. Gomes Cardoso**, de Sua Excelência, Senhor Vice-Ministro da Saúde, **Dr. José Vandunen**, em representação de Sua Excelência, Senhora Ministra da Saúde, **Dr. Vicente Félix Martins**, Vice-Ministro da Defesa, animação de uma peça teatral do *Grupo ABC Comercial* e pelo discurso de abertura proferido por Sua Excelência, **Senhor Vice-Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Dr. Zacarias Sambeny**, na qualidade de Ministério de tutela, tendo o mesmo pela sua pertinência e actualidade adoptado como base nos debates realizados.

Os trabalhos das Primeiras Jornadas foram orientados pelo **Presidente do Comité Nacional para o Código Alimentar em Angola Codex Angola, Dr. Gomes Cardoso**, ladeado pelas Vices-Presidentes, **Eng. Teodora Lourenço Silva e Dra Antónia Senazenge**, tendo em atenção as directrizes e recomendações do **Codex Alimentarius Internacional**, especificidade e realidade de Angola, no domínio de Normas, Legislação e Controlo da Qualidade Alimentar.

Participaram nos trabalhos convidados e participantes Nacionais e Estrangeiros, Consultora Internacional e Coordenadora do Comité do

Codex Alimentarius do Brasil, membros do Comité Nacional para o Código Alimentar em Angola Codex Angola, representando os 16 Ministérios, do Governo da República de Angola, os Coordenadores de 12 Sub-Comités Técnicos, Agências das Nações Unidas em Angola (FAO, OMS, PAM, PNUD, OMC, UNICEF), Quadros da Administração Central e Local do Estado, Associações Profissionais (AIA, ADECOR, FAMUL, FAAC, AJEA e Operadores Económicos do Ramo do **Comércio, Produtivo, Hotelaria e Turismo e Defesa do Consumidor e distintos Operadores Económicos**.

A sessão de encerramento foi preenchida pela mensagem das Associações da Defesa do Consumidor, Moção de Agradecimento e pelo importante e orientador Discurso de Encerramento de Sua Excia, **Senhor Ministro do Comércio, Dr. Vitorino Domingos Hossi**, na qualidade do Órgão que preside o **Comité Nacional para o Código Alimentar em Angola Codex Angola**.

O Comité Nacional para o Código Alimentar Codex Angola, tendo como meta a eficiência no quadro de controlo da qualidade e em todas as fases que começa desde o sistema da produção, manuseamento, transportação, distribuição, comercialização até a laboração dos alimentos no País, as Jornadas percorreram aspectos pertinentes do Controlo da Qualidade Alimentar.

A promoção de uma **cultura de qualidade alimentar** que começa na informação, passando pela exigência de qualidade; a competitividade; o comércio justo e a inocuidade dos alimentos, a envolvente institucional, as dimensões externas, foram alguns dos temas de exposição, debate e reflexão, tendo daí resultado as seguintes **conclusões e recomendações**:

- 1- Os participantes e convidados congratulam-se pela iniciativa e capacidade organizativa da Direcção do Comité Nacional para o Código Alimentar em Angola Codex Angola, pelo nível técnico científico alcançado das Primeiras Jornadas Técnico Científicas sobre o Controlo da Qualidade Alimentar, em Angola;
- 2- Igualmente regozijam-se pelos debates e reflexões registados a volta de todos os painéis e temas apresentados e manifestam mais uma vez a necessidade urgente para criação de normas e legislação alimentar, conducentes a normalização e melhoramento do sistema de controlo da qualidade alimentar em Angola, que passa pelo(a):
 - Aplicação de protocolos e convenções de que Angola é membro fundamentado nos seguintes instrumentos e princípios nacionais,

regionais e internacionais nomeadamente: **Adopção das directrizes e recomendações do Codex Alimentarius, Regulação de Importação e Uso de qualquer variedade de sementes ou produtos transgénicos ou organismos geneticamente modificados, medidas do Comité de Peritos e do Conselho de Ministros da SADCC sobre OMGs e ajuda alimentar, princípios estabelecidos do draft da Lei modelo Africana sobre Segurança e Biotecnologia, protocolo de Cartagena sobre Biossegurança, Biotecnologia, pondo em pratica o princípio de precaução** , entre outros documentos;

- Promoção e execução de programas de assistência, assessoramento técnico científico, formação e superação de recursos humanos ligados ao Codex Angola, Laboratório, organismos ligados ao Controlo da Qualidade Alimentar e Operadores Económicos;
 - Criação do sistema e mecanismos práticos de *alerta rápida*, para detenção prévia e oportuna de produtos impróprios para consumo;
 - Implementação da legislação reguladora e mecanismos de controlo da produção, importação e uso de produtos transgénicos ou organismos geneticamente modificados;
 - Asseguramento do *comércio justo e de praticas leais no comércio de alimentos*, combatendo a contrafacção, importações ilegais, dumping e violação de normas higio-sanitarias e técnico comerciais recomendáveis;
 - Promoção e desenvolvimento de Programas Educativos para prevenção e protecção da saúde e segurança de consumidores e desenvolvimento de amplo movimento de sensibilização, sobre o Código Alimentar em Angola;
- 3- Obrigatoriedade de todos Importadores/ exportadores, realizarem análises físico químicas, microbiológicas, aditivos e contaminantes na origem, devendo fazer referência os certificados de fitossanitária no momento do desembaraço aduaneiro;
- 4- Obrigatoriedade do controlo da qualidade no destino, submetendo as amostras a efectivação de analises, ensaios e exames para a verificação das características, origem e qualidade dos produtos antes da sua

colocação no mercado, sendo os custos da inteira responsabilidade das empresas importadoras;

- 5- Celebração do Protocolo entre o Codex Angola e a Direcção Nacional das Alfândegas;
- 6- Fazer uma reflexão sobre a desmonopolização da Inspeção Pré-Embarque;
- 7- Dinamização, criação e reforço da capacidade técnico material e científica das infra-estruturas de controlo da qualidade (*Laboratórios existentes e a criar em Angola*) e acreditá-los, recorrendo se possível sectorialmente ao programa de Investimento Público (PIP/2005/2006);
- 8- Troca de experiências, conhecimentos, informação, legislação e actualização de estudos técnico científicos e capacitação dos principais actores do controlo da qualidade alimentar em Angola;
- 9- Reforço da capacidade técnico científico, organizativa, institucional e normativa do Comité Nacional para o Código Alimentar em Angola Codex Angola;
- 10- Actualização e/ou criação da Base Jurídico Legal, consubstanciada em Normas e Legislação Nacional sobre Alimentos, bem como sobre as regras da concorrência;
- 11- Necessidade de se criar sistema da qualidade a nível da indústria alimentar nacional baseados na norma ISO 9000 e o sistema de HACCP, bem como regras de higiene a serem observadas na rede hoteleira e de consumos colectivos;
- 12- Aumentar e massificar a fiscalização da qualidade do controlo dos géneros alimentícios ao nível dos mercados, supermercados, lojas, armazéns, aeroportos e portos;
- 13- Aprovação de Diploma Jurídico Legal que estabeleça requisitos e regras de comercialização, higiene, embalagem, manuseamento, armazenamento, transportação e outros locais de venda e de qualidade comuns aos géneros alimentícios;
- 14- Proibição da comercialização de géneros alimentícios e seus derivados em locais impróprios e sem condições higio-sanitarias e técnico comerciais recomendáveis;

- 15- Divulgação e aplicação de medidas Sanitárias e Fito-sanitárias, recomendadas internacionalmente ;
- 16- Sensibilização e mobilização da opinião pública, operadores económicos, consumidores e sociedade civil sobre a importância da garantia de inocuidade e qualidade de alimentos e da **prevenção, protecção e segurança da saúde de consumidores**;
- 17- Propor ao Governo a criação de Programas de Informação, Comunicação e Educação junto dos Órgãos de Comunicação Social, escrita, falada e televisiva, com vista a educação das Comunidades/ Consumidores sobre o Controlo da Qualidade Alimentar;
- 18- Desenvolver as capacidades, conhecimentos, comportamentos, atitudes e praticas dos deveres e direitos do Consumidor para elevar o nível pedagógico e educativo dos consumidores;
- 19- Integrar nas diferentes Comissões Profissionais ligados ao Controlo da Qualidade Alimentar os profissionais de Saúde Publica e Nutrição.
- 20- Necessidade de regulamentação da Lei de **Defesa do Consumidor e de Padrões de Peso e Medidas**, nos aspectos ligados a obrigatoriedade de uso de instrumento de peso e medidas;
- 21- Necessidade de divulgação de regras do comércio internacional, acordos, práticas leais do comércio e outros documentos no âmbito da OMC Organização Mundial do Comercio;
- 22- Estabelecimento em cada Ano ou Campanha Agrícola do preço mínimo de referencia nas transacções entre a cidade e o campo e vice-versa, com vista ao estímulo, **promoção e aumento da produção de produtos naturais ou biológicos para alimentação da população**;
- 23- Promoção do combate a praticas desleais do comércio, particularmente a contrafacção, importações ilegais, dumping no comércio de géneros alimentícios;
- 24- Criar o mais urgente possível os Laboratórios nos principais pontos geradores de carga, ao nível das Províncias e os Laboratórios Pilotos (Aerportos, Portos e Pontos Fronteiriços);
- 25- Os participantes e convidados as Primeiras Jornadas Técnico Científicas sobre o Controlo da Qualidade Alimentar em Angola,

tomaram conhecimento dos resultados da 27ª Sessão da Comissão do Codex Alimentarius Internacional, realizada de 27 de Junho a 3 de Julho de 2004, em Genebra/Suíça, comprometem-se aplicar as directrizes e recomendações adoptadas e solicitam apoio multifacetico aquela Instituição, particularmente o Fundo Fiduciário, Assistência e Assessoramento Técnico Científico, conducente a participação regular e oportuna nas reuniões Regionais e Internacionais do Codex Alimentarius e reforço da capacidade institucional e normativa do Codex Angola;

- 26- Congratulam-se pela realização das Jornadas Tele-alimento e Comemoração dos Dias 15 e 16 de Outubro, Internacional da Mulher Rural e Mundial da Alimentação;
- 27- Tomaram conhecimento da experiência do Comité do Codex Alimentarius do Brasil, tendo-se apreendido aspectos similares conducentes a consolidação do Codex Angola;
- 28- Reposição da conduta e de valores morais, éticos e cívicos que caíram em desuso ao rodar do tempo, nas relações entre fornecedores de bens e serviços e os consumidores. Com efeito, apela-se aos profissionais do comércio para munirem-se do *Manual do Comerciante* e da Cartilha *Perfil, Ética e Conduta do Novo Comerciante* já disponível no Mercado, acederem ao Site www.dnci.net, para o florescimento cultural e empresarial, em Angola;
- 29- A margem das Primeiras Jornadas Técnico Científicas sobre o Controlo da Qualidade Alimentar em Angola, foram realizadas as seguintes actividades:
 - Celebração do Protocolo de Cooperação entre o Comité Nacional para o Código Alimentar em Angola Codex Angola e o Comité do Codex Alimentarius do Brasil;
 - Assistência, assessoramento técnico da Consultora da FAO aos Membros do Comité Nacional para o Código Alimentar em Angola Codex Angola;
 - Distribuição do Ante-Projecto de Norma de Rotulagem dos Alimentos para parecer dos participantes..

AS PRIMEIRAS JORNADAS TÉCNICO CIENTÍFICAS